

Pamplona

No seu cardápio
todos os dias!

RELATÓRIO ANUAL 2025



NO LANCHE, ALMOÇO, JANTAR OU HAPPY HOUR...





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	26
DIRETORIA EXECUTIVA	26
CONTADOR	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
UNIDADES	30





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração 2025

Apresentação

A Administração da Pamplona Alimentos S.A. apresenta aos acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com as práticas contábeis vigentes no Brasil, em linha com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Este relatório tem como propósito não apenas atender às exigências legais, mas também proporcionar maior clareza sobre a estratégia, os resultados alcançados e o direcionamento da Companhia.

O Relatório da Administração foi revisado pelos auditores externos independentes.

Desempenho Operacional e Financeiro

No exercício de 2025, a Receita Operacional Bruta atingiu R\$2,53 bilhões, representando crescimento de 5,05% em relação ao ano anterior. O avanço foi sustentado pela evolução tanto no mercado interno, que cresceu 2,89%, quanto no mercado externo, que apresentou expansão de 7,33%, reforçando a estratégia de diversificação geográfica e comercial. A Receita Operacional Líquida totalizou R\$2,22 bilhões, com incremento de 5,36%.

O Lucro Bruto totalizou R\$399,6 milhões, mantendo-se em patamar semelhante ao exercício anterior, em um cenário marcado por maior volatilidade cambial ao longo do período. O EBITDA somou R\$164,7 milhões, com margem de 7,41%, inferior aos 8,84% registrados em 2024, refletindo principalmente a compressão de margens tanto no mercado interno quanto no externo, em função do maior custo das matérias-primas ao longo de 2025. O Lucro Líquido alcançou R\$56,3 milhões, impactado pela redução da rentabilidade operacional e pelo ambiente financeiro mais restritivo observado no exercício.

Mesmo diante de um cenário desafiador, a Companhia manteve disciplina na gestão de capital. A Dívida Líquida encerrou o exercício com redução de 2,35%, e a alavancagem medida pela relação Dívida Líquida sobre EBITDA ficou em 2,0 vez, patamar considerado equilibrado para o setor. O Patrimônio Líquido atingiu R\$731,0 milhões, crescimento de 6,46%, enquanto o indicador Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido reduziu para 45,10%, evidenciando fortalecimento da estrutura de capital.

Os investimentos totalizaram R\$52,1 milhões, representando aumento de 56,77% frente ao exercício anterior. Os recursos foram direcionados à modernização industrial, aumento de eficiência e inovação tecnológica. A produtividade também apresentou evolução, com crescimento de 3,94% na Receita Líquida por colaborador, refletindo ganhos operacionais e melhor aproveitamento da estrutura instalada.

Governança Corporativa

A Companhia mantém estrutura de governança consolidada, com Conselho de Administração composto por sete membros, sendo três conselheiros independentes e quatro membros ligados à família controladora, assegurando equilíbrio entre visão estratégica, conhecimento do negócio e independência técnica. A Diretoria Executiva é formada por Presidente, Vice-Presidente e seis Diretores estatutários, com responsabilidades claramente definidas.

A Pamplona mantém Código de Ética, Canal de Ética ativo e comitês de assessoramento que apoiam a Administração na tomada de decisões estratégicas, reforçando o compromisso com transparência, integridade e conformidade regulatória.

Estratégia e Investimentos

O exercício de 2025 consolidou um ciclo estratégico voltado à diversificação de mercados, ampliação do portfólio de produtos de maior valor agregado, eficiência industrial, transformação digital e inovação genética. A Companhia avançou na modernização de processos produtivos, implementou melhorias tecnológicas voltadas à produção de Carne e fortaleceu sua malha logística, tornando o modelo de distribuição mais eficiente e responsivo às demandas do mercado.

No campo da inovação, a Companhia possui projetos aprovados junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no valor total de R\$64 milhões, dos quais R\$44 milhões correspondem a recursos aportados pela Finep. Esses investimentos são destinados ao desenvolvimento de pesquisas e ao melhoramento genético em granjas voltadas à inovação, integrando um programa estruturado de evolução tecnológica e genética com foco em aumento de produtividade, eficiência zootécnica e fortalecimento da competitividade no longo prazo.

Sustentabilidade e ESG

A agenda ESG permanece integrada à estratégia corporativa. Em 2025, 94% do plantel operou em sistema de gestação coletiva, demonstrando evolução consistente nas práticas de bem-estar animal. A matriz energética manteve-se integralmente renovável e os índices de reciclagem aproximaram-se de 90%. A Companhia ampliou o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa nos Escopos 1 e 2, reforçando o compromisso ambiental.

As práticas de reporte seguem diretrizes internacionais reconhecidas, como as da *Global Reporting Initiative* e do *Sustainability Accounting Standards Board*, fortalecendo a transparência e comparabilidade das informações.





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório da Administração 2025

Gestão de Riscos

A gestão de riscos, está integrada à estratégia corporativa e contempla monitoramento contínuo dos principais fatores que podem impactar seus resultados. Em 2025, o ambiente foi marcado por volatilidade cambial com reflexos diretos sobre as exportações, além de maior atenção ao cenário financeiro e regulatório. A Companhia manteve política ativa de proteção cambial, disciplina na gestão da alavancagem e acompanhamento permanente das mudanças decorrentes da Reforma Tributária, preservando liquidez e flexibilidade financeira.

No âmbito operacional e ESG, permanecem como prioridades os controles sanitários, a biossegurança, a segurança alimentar e a conformidade regulatória. Foram reforçadas as práticas de segurança da informação e continuidade operacional, assim como o monitoramento de indicadores ambientais e de bem-estar animal. A Administração entende que a gestão estruturada de riscos é elemento central para sustentar crescimento com previsibilidade, proteger valor no longo prazo e atender às expectativas do mercado.

Pessoas e Segurança

A Companhia encerrou o exercício com 3.569 colaboradores, reafirmando o compromisso com a valorização das pessoas e o desenvolvimento contínuo das equipes. Em 2025, foi aprimorado o Programa de Plano de Carreira, estruturando trilhas de desenvolvimento, critérios de progressão e oportunidades internas, com o objetivo de promover crescimento profissional, retenção de talentos e alinhamento entre desempenho e evolução na Companhia. Em abril de 2025, foi realizado o pagamento do Programa de Participação nos Resultados relativo ao desempenho de 2024, fortalecendo o alinhamento entre os objetivos organizacionais e o reconhecimento das equipes. No exercício de 2025, as metas estabelecidas foram alcançadas como reflexo do trabalho coletivo e do engajamento dos colaboradores, estando previsto o pagamento do PPR em abril de 2026, com base nos resultados obtidos no período, mantendo a política de incentivo vinculada à geração de valor e à meritocracia.

No campo da segurança ocupacional, foram intensificados treinamentos periódicos, revisados protocolos operacionais e realizados investimentos em melhorias estruturais nas unidades industriais. Auditorias internas de segurança foram ampliadas e ações preventivas reforçadas, consolidando uma cultura voltada à redução contínua de riscos e à proteção da integridade física dos colaboradores.

Posicionamento Estratégico

O exercício de 2025 foi marcado por crescimento de receita em um ambiente de margens mais pressionadas. A Administração atuou com foco em eficiência operacional, preservação de caixa e disciplina na alocação de capital. A combinação entre verticalização da cadeia produtiva, diversificação de mercados e investimentos estruturados posiciona a Pamplona como empresa preparada para ciclos futuros de expansão com solidez financeira e capacidade de adaptação.

Perspectivas

Para 2026, a Companhia prioriza a consolidação do ciclo de investimentos, o avanço em inovação genética, a ampliação de certificações internacionais e a preparação para os impactos da Reforma Tributária. A disciplina financeira e o fortalecimento da geração de caixa permanecem no centro da estratégia, com foco em crescimento sustentável e criação de valor no longo prazo.

Agradecimentos

A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece a todos os seus stakeholders por caminharem ao nosso lado nos resultados alcançados em 2025. O comprometimento dos colaboradores, aliado à confiança dos clientes, à atuação conjunta de fornecedores e produtores integrados, ao suporte dos parceiros financeiros e ao apoio dos acionistas, foi fundamental para que a Companhia mantivesse sua trajetória de crescimento com responsabilidade e solidez.

Seguimos motivados para enfrentar os desafios de 2026 com disciplina, foco em eficiência e compromisso com a geração sustentável de valor, confiantes de que estamos no rumo correto para continuar evoluindo de forma consistente e responsável.

A Administração

Rio do Sul, 17 de março de 2026

PAMPLONA.COM.BR



NO LANCHE, ALMOÇO, JANTAR OU HAPPY HOUR...





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.152	40.686
Contas a receber	7	338.065	307.058
Estoques	8	151.866	141.929
Ativos biológicos	9	227.660	206.030
Tributos a recuperar	10	37.830	69.726
Outros ativos		10.503	12.527
		811.076	777.956
Não circulante			
Depósitos judiciais	17	2.782	2.193
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	147.081	148.047
Tributos a recuperar	10	10.957	12.286
Ativos biológicos	9	29.861	32.578
Outros ativos		200	170
		190.881	195.274
Propriedades para investimento		1.582	8.592
Intangível		6.257	5.942
Ativos de direito de uso	12	15.237	19.667
Imobilizado	11	451.698	433.753
		474.774	467.954
		665.655	663.228
Total do ativo		1.476.731	1.441.184
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	212.265	209.117
Empréstimos e financiamentos	15	145.572	149.563
Salários e encargos sociais	14	42.561	39.726
Tributos a pagar		7.786	9.658
Comissões a pagar		4.840	4.368
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	25.585	31.385
Passivos de arrendamento	12	4.694	5.949
Adiantamento de clientes		6.111	4.349
Outros passivos		13.151	13.089
		462.565	467.204
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	229.273	228.745
Provisão para contingências	17	42.737	44.480
Passivos de arrendamento	12	10.391	13.978
Outros passivos		766	113
		283.167	287.316
Total do passivo		745.732	754.520
Patrimônio líquido			
Capital social	18	236.761	236.761
Reservas de lucro	18	433.317	387.291
Ajuste avaliação patrimonial	18	60.921	62.612
Total do patrimônio líquido		730.999	686.664
Total do passivo e patrimônio líquido		1.476.731	1.441.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	19	2.223.958	2.110.786
Custo das vendas	20	(1.824.382)	(1.711.983)
Lucro bruto		399.576	398.803
Despesas com vendas	20	(228.888)	(224.785)
Despesas gerais e administrativas	20	(38.201)	(33.144)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(10.629)	5.346
Lucro operacional		121.858	146.220
Receitas financeiras	22	31.199	36.208
Despesas financeiras	22	(95.756)	(97.936)
Despesas financeiras líquidas		(64.557)	(61.728)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.301	84.492
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	(966)	2.612
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	(1.217)
Lucro líquido do exercício		56.335	85.887
Lucro básico por ação (em Reais)		145,53	221,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	56.335	85.887
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	56.335	85.887

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Resultado acumulado	Total
	Capital social	Reservas legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	236.761	18.634	126.829	172.392	64.261	-	618.877
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.498)	2.498	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	849	(849)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	85.887	85.887
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	-	-	(18.100)	-	-	-	(18.100)
Constituição de incentivos fiscais	-	-	-	83.241	-	(83.241)	-
Constituição de reserva	-	4.295	-	-	-	(4.295)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	236.761	22.929	108.729	255.633	62.612	-	686.664
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	(2.562)	2.562	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	871	(871)	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	56.335	56.335
Juros sobre capital social creditado aos acionistas	-	-	(12.000)	-	-	-	(12.000)
Constituição de incentivos fiscais	-	-	-	55.209	-	(55.209)	-
Constituição de reserva	-	2.817	-	-	-	(2.817)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	236.761	25.746	96.729	310.842	60.921	-	730.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**PAMPLONA ALIMENTOS S.A.**

CNPJ: 85.782.878/0001-89

**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		57.301	84.492
Ajustes de			
Depreciação e amortização		42.868	40.397
Resultado na venda de ativos imobilizados		114	157
Resultado na venda de investimento		(966)	–
Realização valor justo de investimento	21	6.450	–
Reversão e provisão para contingências	17	(1.743)	287
Provisão e reversão realização dos estoques	8	136	(341)
Valor justo de ativo biológico florestas	9	175	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15	44.911	64.099
Provisão e reversão da provisão de créditos de liquidação duvidosa	7	92	(4)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(31.099)	(60.498)
Estoques		(10.073)	7.887
Ativo biológico		(21.089)	(6.885)
Tributos a recuperar		33.225	(9.414)
Depósitos judiciais		(589)	(241)
Outros ativos		1.994	(3.629)
Fornecedores		3.148	17.756
Salários e encargos sociais		2.835	3.116
Tributos a pagar		(1.872)	(7.335)
Adiantamento de clientes		1.762	(4.407)
Outros passivos		1.187	(4.417)
Caixa gerado nas operações		128.767	121.020
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(1.217)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		128.767	119.803
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	11	(52.108)	(33.239)
Aquisições de ativo intangível		(1.123)	(2.436)
Aquisições de propriedades para investimentos		–	(29)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(53.231)	(35.704)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio pagos		(16.000)	(4.995)
Juros pagos de arrendamento mercantil	12	(1.573)	(1.368)
Pagamento de arrendamento mercantil	12	(5.123)	(4.639)
Juros de empréstimos pagos	15	(49.988)	(53.242)
Pagamento de empréstimos	15	(135.510)	(181.886)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	137.124	147.205
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(71.070)	(98.925)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		4.466	(14.826)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		40.686	55.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.152	40.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Receitas		
Vendas de produtos e mercadorias	2.436.552	2.318.268
Outras receitas	3.898	3.301
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(93)	4
	2.440.357	2.321.573
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias	(1.570.125)	(1.455.912)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(231.319)	(244.857)
Valor adicionado bruto	638.913	620.804
Depreciação e amortização	(42.868)	(40.397)
Valor adicionado líquido produzido	596.045	580.407
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	32.411	36.208
Outros	55	19
Valor adicionado total a distribuir	628.511	616.634
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal - remuneração direta	191.045	180.641
Pessoal - benefícios	32.990	29.454
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	102.948	73.157
Estaduais	146.010	147.679
Municipais	331	291
Juros	98.853	99.525
Juros sobre capital próprio e dividendos	12.000	18.100
Lucros retidos	44.334	67.787
Valor adicionado distribuído	628.511	616.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pamplona Alimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR-470, km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona, no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil. A Companhia foi fundada em 1948 e atua há mais de sete décadas no setor agroindustrial brasileiro. A atividade principal da Companhia consiste no abate e processamento de suínos, bem como na industrialização e comercialização de produtos alimentícios derivados, abrangendo desde produtos in natura até itens industrializados, como cortes temperados, linguças frescas e defumadas, produtos de presuntaria e salames. A Companhia atua tanto no mercado interno, no qual está presente desde sua constituição, quanto no mercado externo, cujas operações foram iniciadas em 1996. Por meio da marca "Pamplona", a Companhia consolidou sua atuação no segmento da agroindústria de carnes, atendendo clientes no mercado nacional e internacional. As operações da Companhia compreendem um processo produtivo integrado, que envolve o controle das etapas de produção, industrialização e comercialização, observando padrões de qualidade, segurança alimentar e conformidade regulatória aplicáveis ao setor. A administração da Companhia define suas estratégias operacionais e comerciais considerando as condições de mercado, os requisitos regulatórios e as expectativas de seus clientes, buscando a continuidade operacional, a eficiência produtiva e a sustentabilidade de seus negócios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados

PAMPLONA.COM.BR



NO LANCHE, ALMOÇO, JANTAR OU HAPPY HOUR...





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo valor justo por meio do resultado. **2.2.1. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: no mercado principal para o ativo ou passivo; e na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (a Companhia como arrendatária).* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: Os pagamentos de arrendamentos são descontados





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta, a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia: • Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; e • Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros. **Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributárias:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia, o Real (BRL), utilizando as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento divulgada pelo Banco Central do Brasil na data-base das demonstrações financeiras. As variações cambiais resultantes dessas conversões são reconhecidas na demonstração do resultado, de acordo com a natureza dos itens envolvidos. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal” sobre o valor de principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes, são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e, também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares), são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos de dívida): Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados é reclassificada para resultado. Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros. • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, e adiantamentos a filiadas, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento, o incremento de novos clientes e a situação de atrasos na carteira de contas a receber. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias, a mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: • **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. • **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.4. Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção. Os bens ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data de adoção das novas práticas contábeis, em 01/01/2009, passaram a ter seu valor justo como custo atribuído. Os custos são deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, essas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Imobilizados são:

Descrição	2025	2024
Edificações	25 - 30 anos	25 - 30 anos
Instalações	10 - 30 anos	10 - 30 anos
Máquinas e Equipamentos	2 - 40 anos	2 - 40 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Equipamentos de Processamentos de Dados	3 - 10 anos	3 - 10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Outros	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente baseados nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas pela Companhia para os Ativos Intangíveis são:

Descrição	2025	2024
Programas de Computador - Software	10 anos	10 anos

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, pelo menos, anualmente.

3.6. Ativos biológicos: Os ativos biológicos compreendem principalmente suínos e reflorestamento. Os suínos vivos, compreendem matrizes de reprodução e suínos destinados ao abate, e foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção. Onde o valor apurado pelo método de custeio por absorção não apresentou variações significativas quando comparadas com o seu valor justo (Fluxo de caixa descontado), sendo aplicada a técnica de projeções dos custos aos animais vivos e das vendas destes produtos nos próximos meses. As florestas em formação estão mensuradas ao valor justo. **3.7. Provisões: Provisões gerais:** O valor reconhecido como provisão corresponde à estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio de contrato. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base de 1,30% a.m. (1,12% a.m. em 2024). Tal índice representa a taxa média de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 33 dias (33 dias em 2024), enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias (41 dias em 2024). O ajuste a valor presente de compras é registrado na conta de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo.

3.9. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de três a dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento a seus contratos de arrendamentos, cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses, independentemente do objeto do contrato. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos considerados de baixo valor, limitados a 3 mil reais mensais. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como custo ou despesa de aluguel pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.10. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. **3.11. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e custos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, produção e formação, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. **3.12. Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento compreendem, substancialmente, um apartamento localizado no município de Rio do Sul (SC). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo contábil das propriedades para investimento totaliza R\$1.582 (R\$8.592 em 31 de dezembro de 2024), mensurado pelo valor justo, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. A redução do saldo em relação ao exercício anterior decorre da realização de operação de permuta, na qual o apartamento localizado em Itapema (SC), anteriormente classificado como propriedade para investimento, foi utilizado como forma de pagamento na aquisição futura de um terreno, pelo valor de R\$8.000. **3.13. Risco sacado de fornecedores:** A Companhia mantém práticas de gestão financeira que buscam fortalecer o relacionamento com seus fornecedores. A partir de novembro de 2024, a Companhia adotou um programa de antecipação de recebíveis para fornecedores ("risco sacado"), no qual os fornecedores passaram a ter a opção de ceder seus direitos creditórios a instituições financeiras, mediante negociação direta entre as partes. Neste âmbito, a Companhia mantém a obrigação de pagamento integral aos fornecedores na data de vencimento originalmente pactuada, sem qualquer antecipação de pagamento ou alteração dos prazos acordados. O relacionamento financeiro entre os fornecedores e as instituições financeiras ocorre de forma independente, sem a participação da Companhia em negociações, sem assunção de riscos de crédito e sem fornecimento de garantias. Dessa forma, as obrigações junto aos fornecedores continuam sendo reconhecidas como contas a pagar até a sua liquidação no vencimento. Caso haja qualquer modificação nos termos contratuais originalmente estabelecidos, como extensão de prazos com encargos financeiros adicionais suportados pela Companhia, essas obrigações poderão ser reclassificadas para empréstimos e financiamentos, conforme as diretrizes contábeis aplicáveis. A Companhia avalia continuamente os efeitos em sua estrutura





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeira e segue as diretrizes normativas para garantir a adequada classificação, apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. **3.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.15. Benefícios a colaboradores: Benefícios de curto prazo a colaboradores:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.16. Receita de contrato com cliente:** A receita de contrato com cliente gerada pela venda de produtos, no curso normal das atividades, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Tal receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor desta receita possa ser mensurada de maneira confiável. **Abatimentos por volume:** A Companhia retorna aos clientes com contrato de fornecimento firmado comercialmente, um percentual acordado com base em compras realizadas em determinado período, sob a forma de pagamento mensal e/ou abatimento nos créditos a receber. A Companhia apura mensalmente cada contrato de cada cliente sempre tendo como base o valor de faturamento realizado e aplica o percentual de contrato definido a cada cliente tendo um valor variável de acordo com esse faturamento, gerando uma contraprestação. **3.17. Tributos sobre as vendas:** Os tributos sobre as vendas são reconhecidos no resultado como dedução das mesmas e correspondem as obrigações principais que Companhia possui junto aos entes federativos. Incidem sobre as vendas de produtos e mercadorias o ICMS, PIS, COFINS e CPRB, sendo cada qual com suas respectivas alíquotas. **3.18. Tributos indiretos:** As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas: • Programa de Integração Social (PIS): 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%; • Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - % aplicados de acordo com a legislação tributária (4%, 7%, 12%, 17%, 18%, 19,5%, 20% e 20,5%); • Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB): 0,80%. Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.19. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos auferidos sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **3.20. Incentivos fiscais e subvenções para investimentos:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência e transferidos para reservas de incentivos fiscais ou subvenção para investimentos no final do exercício, conforme sua natureza. **3.21. Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **3.22. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.23. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando os valores são propostos e aprovados. **3.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** Os pronunciamentos e interpretações aplicados pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocasionaram impactos relevantes na posição patrimonial e financeira, no desempenho ou nos fluxos de caixa da Companhia. Dentre tais normas, destaca-se: (i) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (CPC 03 e CPC 40) As alterações introduziram novos requisitos de divulgação relacionados a acordos de financiamento de fornecedores, com o objetivo de aumentar a transparência quanto à exposição a riscos de liquidez. A adoção dessas alterações não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.25. Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas ou revisadas, emitidas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas a seguir. A Companhia pretende adotar tais pronunciamentos na data de sua vigência obrigatória, quando aplicável. Com base em avaliação preliminar da Administração, não se espera que a adoção dessas normas resulte em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. (i) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1, introduzindo nova estrutura para a Demonstração do Resultado e maior padronização de subtotais e divulgações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. (ii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Estabelece um conjunto reduzido de divulgações para determinadas subsidiárias que não possuem responsabilidade pública, mantendo os princípios de reconhecimento e mensuração do IFRS. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimentos em Coligadas, Controladas e Empreendimentos Controlados em Conjunto, e à ICPC 09: As alterações tratam de aspectos relacionados à aplicação do método da equivalência patrimonial e à apresentação das demonstrações contábeis individuais, separadas e consolidadas. (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, e ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: As alterações visam esclarecer e alinhar procedimentos de conversão e adoção inicial das normas internacionais. (v) Reforma Tributária sobre o Consumo - Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentações subsequentes: Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, prevendo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), com substituição gradual do ICMS, ISS, PIS e COFINS. A regulamentação inicial foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214, que disciplina aspectos operacionais da CBS e do IBS, incluindo período de transição entre 2026 e 2033. A Administração está acompanhando os desdobramentos regulatórios e avaliando os possíveis impactos operacionais, sistêmicos e fiscais decorrentes da implementação do novo modelo tributário. Em 31 de dezembro de 2025, não foi possível mensurar com confiabilidade eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, considerando que o novo regime ainda se encontra em fase de transição e regulamentação complementar.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito aos títulos e valores mobiliários e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **(b) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de gestão da Companhia. **i. Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes, outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. **ii. Investimentos:** A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em aplicações de renda fixa, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações. O valor contábil dos principais ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado a seguir:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	45.152	40.686
Contas a receber de clientes	338.065	307.058
Total	383.217	347.744

iii. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos: A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre os recebíveis. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para os recebíveis a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento, o incremento de novos clientes e a situação de atrasos na carteira de contas a receber. **(c) Risco de mercado: i. Risco com taxa de juros:** A Companhia apresenta risco de mercado relacionado às mudanças adversas nas taxas de juros. O endividamento está indexado em moeda local a taxas variáveis. O endividamento está indexado substancialmente ao CDI, IPCA, TR e a TJLP, portanto sujeito a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é afetado pelas mudanças em taxas de juros variáveis. **ii. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro, a Companhia possuía passivos e ativos denominados em moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre empréstimos, adiantamentos de clientes, fornecedores, caixa e bancos - moeda estrangeira, contas a receber, adiantamento de fornecedores, contratos de travas cambiais como *hedge* natural das exportações. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a exposição cambial estava assim representada:

	2025		2024	
	Moeda estrangeira (US\$)	R\$	Moeda estrangeira (US\$)	R\$
Ativo				
Caixa e bancos - moeda estrangeira	1.202	6.613	1.396	8.645
Contas a receber	36.213	199.236	29.229	180.979
Adiantamento a fornecedores	606	3.333	16	97
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(12.760)	(70.204)	(8.758)	(54.229)
Fornecedores	(306)	(1.684)	(850)	(5.261)
Adiantamentos de clientes	(784)	(4.315)	(295)	(1.824)
Contratos de trava de câmbio	(25.000)	(137.545)	(20.644)	(127.821)
Exposição líquida	(829)	(4.566)	94	586

A Administração considera a exposição cambial líquida adequada ao perfil das suas operações. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de lucros. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **4.3. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade para os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em aberto de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia são avaliadas e consideradas com baixo risco de volatilidade.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir: • Ativos biológicos (Nota 9); • Provisão para contingências (Nota 17).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa	74	111
Bancos	19.802	14.213
Caixa e bancos - moeda estrangeira	6.613	8.645
Aplicações financeiras - Renda fixa - CDB	18.663	17.717
	45.152	40.686

As aplicações financeiras estão investidas em Certificados de Depósito Bancário (CDB), com rentabilidade entre 96% e 108% da variação do CDI (em 2024, entre 96% e 104,5% do CDI). Tais aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, motivo pelo qual foram classificadas como equivalentes de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa. O montante registrado em moeda estrangeira (dólar norte-americano) corresponde a recursos mantidos no exterior e/ou vinculados a operações internacionais, com remuneração contratual de 2,55% ao ano, acrescida da variação cambial até a data-base das demonstrações financeiras. Caixa e bancos em moeda estrangeira referem-se as cambiais de exportações já pagas pelos clientes, cujas ordens de pagamento em moeda estrangeira ainda não foram convertidas para reais. A Companhia mantém estas aplicações em instituições financeiras renomadas e, em 31 de dezembro de 2025, não identificou nenhuma perda de valor recuperável (*impairment*).

7. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
No país	139.788	130.903
No exterior	199.236	177.022
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(959)	(867)
	338.065	307.058

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía recebíveis comerciais (duplicatas) cedidos em garantia de operações de financiamento no montante de R\$ 9.232 (R\$ 15.564 em 31 de dezembro de 2024). A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2025	2024
A vencer	328.965	277.612
Vencidos até 30 dias	7.815	27.692
Vencidos de 31 a 60 dias	632	889
Vencidos de 61 a 90 dias	208	596
Vencidos de 91 a 180 dias	601	709
Vencidos a mais de 180 dias	803	427
	339.024	307.925
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(959)	(867)
	338.065	307.058

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a estimativa para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	(867)	(871)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(824)	(535)
(-) Valores revertidos da provisão	732	539
Em 31 de dezembro	(959)	(867)



**PAMPLONA ALIMENTOS S.A.**

CNPJ: 85.782.878/0001-89

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. ESTOQUES

	2025	2024
Produtos acabados	79.784	78.170
Produtos em elaboração	8.779	6.290
Matérias-primas	37.663	40.841
Materiais secundários	14.141	11.968
Almoxarifado	8.646	6.625
Mercadorias para revenda	4.800	118
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido	(1.947)	(2.083)
	151.866	141.929

Os estoques encontram-se livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravames. A provisão sobre os estoques é constituída quando: i) o valor líquido de realização dos estoques é menor que o seu custo; e/ou ii) após avaliação técnica; e/ou iii) após a consideração de valor líquido de realização ao menor custo, é movimentada a provisão/reversão ocorrida do menor custo ou mercado. Movimentação da provisão para estoques:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	(2.083)	(1.742)
Constituição de provisão no exercício	-	(341)
Realização de provisão no exercício	136	-
Em 31 de dezembro	(1.947)	(2.083)

9. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os suínos e bovinos vivos foram valorizados pelo custo médio de aquisição e/ou produção (custeio por absorção), uma vez que a Administração considerou irrelevante a diferença entre os valores reconhecidos e seus respectivos valores justos. As florestas foram avaliadas ao valor justo em 2025, porém, como o ajuste apurado foi imaterial, não houve o reconhecimento no resultado.

	2025	2024
Suínos vivos	226.775	205.400
Bovinos vivos	885	630
	227.660	206.030
Suínos vivos	38.074	38.804
(-) Amortização de suínos	(9.341)	(7.515)
Florestas	42	28
Ajuste do valor justo do ativo biológico florestas	1.086	1.261
	29.861	32.578
	257.521	238.608

O aumento do valor do ativo biológico de 2024 para 2025 deve-se, principalmente, ao crescimento do plantel de animais no campo, devido estratégia da organização. Em 2025, o plantel total de suínos atingiu 607.297 cabeças, ante 567.343 em 2024. Já o plantel de bovinos foi de 271 cabeças, em comparação com 223 no ano anterior. Os ativos biológicos classificados no ativo não circulante incluem as matrizes, cuja expectativa de descarte supera 12 meses e os reflorestamentos. A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:

	Suínos vivos	Bovinos vivos	Florestas	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	231.476	867	1.289	233.632
Adições	1.242.754	42	-	1.242.796
Baixas para produção	(1.237.541)	(279)	-	(1.237.820)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	236.689	630	1.289	238.608
Adições	1.376.233	309	-	1.376.542
Baixas para produção	(1.357.414)	(54)	(161)	(1.357.629)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025	255.508	885	1.128	257.521
Ativo circulante	226.779	881	-	227.660
Ativo não circulante	28.729	4	1.128	29.861
	255.508	885	1.128	257.521





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2025	2024
Circulante		
ICMS	34.448	52.482
COFINS	2.207	13.864
PIS	490	3.020
Antecipações de IRPJ	672	357
Outros	13	3
	37.830	69.726
Não Circulante		
ICMS	1.572	1.246
COFINS	7.365	8.723
PIS	2.020	2.317
	10.957	12.286
Total de Tributos a recuperar	48.787	82.012

ICMS: O saldo credor de ICMS decorre, principalmente, da preponderância de operações de exportação. A redução do saldo credor em relação ao exercício anterior está relacionada, sobretudo, ao aumento das vendas de produtos processados no mercado interno, bem como à transferência de créditos ICMS a fornecedores, conforme previsto no Tratamento Tributário Diferenciado concedido pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

PIS e COFINS: Os créditos de PIS e COFINS, têm origem, principalmente, na aquisição de insumos empregados na produção de bens destinados à exportação, em operações sujeitas à alíquota zero, bem como na aquisição de ativos imobilizados vinculados a projetos de ampliação da capacidade produtiva. A redução do saldo credor em relação ao exercício anterior resulta, substancialmente, das compensações efetuadas ao longo do exercício de 2025 com débitos de tributos federais, em conformidade com a legislação vigente. **Antecipações de IRPJ:** Referem-se às retenções na fonte sobre aplicações financeiras. Esses valores serão realizados por meio de compensação com impostos e contribuições federais a pagar. Os tributos a recuperar com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados no ativo não circulante.

11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Equipamentos de informática	Obras em andamento e adiantamentos	Total
Movimentação custo									
Em 31 de dezembro de 2023	111.056	183.547	257.776	4.502	65.000	345	9.219	14.163	645.608
Adições	414	45	5.914	101	41	331	585	25.808	33.239
Transferência	–	5.056	5.844	–	6.786	–	–	(17.686)	–
Baixas	–	–	(1.637)	(159)	(4)	(208)	(76)	1	(2.083)
Em 31 de dezembro de 2024	111.470	188.648	267.897	4.444	71.823	468	9.728	22.286	676.764
Adições	–	99	4.827	379	28	–	385	46.390	52.108
Transferência	–	3.488	10.826	21	7.324	–	–	(21.659)	–
Baixas	–	(341)	(936)	(27)	(31)	(43)	(143)	(16)	(1.537)
Em 31 de dezembro de 2025	111.470	191.894	282.614	4.817	79.144	425	9.970	47.001	727.335
Movimentação depreciação									
Em 31 de dezembro de 2023	–	68.241	108.712	3.074	26.598	219	6.272	–	213.116
Depreciação do exercício	–	7.377	18.213	281	4.716	28	1.152	–	31.767
Baixa	–	–	(1.521)	(158)	(3)	(115)	(75)	–	(1.872)
Em 31 de dezembro de 2024	–	75.618	125.404	3.197	31.311	132	7.349	–	243.011
Depreciação do exercício	–	7.573	19.367	280	5.497	39	1.083	–	33.839
Baixa	–	(247)	(750)	(18)	(16)	(41)	(141)	–	(1.213)
Em 31 de dezembro de 2025	–	82.944	144.021	3.459	36.792	130	8.291	–	275.637
Saldo do imobilizado									
Em 31 de dezembro de 2024	111.470	113.030	142.493	1.247	40.512	336	2.379	22.286	433.753
Em 31 de dezembro de 2025	111.470	108.950	138.593	1.358	42.352	295	1.679	47.001	451.698
Taxa de depreciação		3,3% a 4%	2,5% a 50%	10%	3,3% a 10%	20%	20%		

As obras em andamento e os adiantamentos referem-se, substancialmente, a investimentos destinados à expansão e modernização das unidades fabris localizadas em Laurentino, Presidente Getúlio e Rio do Sul. Em 31 de dezembro de 2025, encontram-se



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

registrados na rubrica terrenos em andamento o montante de R\$9.000, composto por R\$1.000 relativos a desembolsos financeiros realizados e R\$8.000 correspondentes à baixa de um apartamento anteriormente classificado como propriedade para investimento, utilizado como parte do pagamento na aquisição de um terreno. O valor total contratado para a aquisição do terreno é de R\$46.890, sendo que, até a data-base das demonstrações financeiras, não havia sido reconhecido passivo referente à parcela remanescente do compromisso assumido, em razão de condições contratuais pendentes para exigibilidade. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía o montante de R\$209.614 (R\$221.232 em 2024) em bens do seu ativo imobilizado, principalmente, terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos, dados em garantias de empréstimos e financiamentos.

12. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

A Companhia aluga centros de distribuição, máquinas e equipamentos, sendo os prazos de 1 a 10 anos, com opções de renovação.

(a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

	2025	2024
Ativos de direito de uso		
Imóveis operacionais	15.237	19.667
	15.237	19.667
Passivos de arrendamento		
Circulante	4.694	5.949
Não circulante	10.391	13.978
	15.085	19.927
Impacto no resultado do exercício	(152)	260

A Companhia estimou a taxa de desconto de 4,68% a.a. a 14,52% a.a., com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia.

(b) Ativos de direito de uso: As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2024	Adições	Depreciação	31 de dezembro de 2025
Edificações	15.443	820	(3.453)	12.810
Veículos	1.127	–	(502)	625
Máquinas e equipamentos	3.097	–	(2.272)	825
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	–	1.033	(56)	977
	19.667	1.853	(6.283)	15.237

	31 de dezembro de 2023	Adições	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Edificações	17.958	858	(3.373)	15.443
Veículos	–	1.290	(163)	1.127
Máquinas e equipamentos	5.376	–	(2.279)	3.097
Equipamentos de Processamento Eletrônico de Dados	162	–	(162)	–
	23.496	2.148	(5.977)	19.667

(c) Passivos de arrendamento: As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	19.927	23.786
Juros pagos	(1.573)	(1.368)
Adição por novos contratos	1.854	2.148
Pagamentos de principal	(5.123)	(4.639)
Saldo em 31 de dezembro	15.085	19.927
Classificação no passivo		
Circulante	4.694	5.949
Não circulante	10.391	13.978
Total	15.085	19.927





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações, conforme maturidade dos contratos:

Vencimento das prestações	2025	2024
Menos de 1 ano	4.694	5.949
2 anos	3.699	4.674
3 anos	2.261	3.202
4 anos	1.993	1.887
5 anos	1.977	1.887
6 a 7 anos	461	2.328
Saldo em 31 de dezembro	15.085	19.927

13. FORNECEDORES

	2025	2024
Matéria-prima - Mercado interno	203.354	197.347
Matéria-prima - Mercado externo	1.684	5.261
Imobilizado - Mercado interno	7.227	6.509
	212.265	209.117

O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 39 dias (41 dias em 2024). A maioria das operações de liquidação de fornecedores são feitas diretamente pela Companhia, no entanto são realizadas algumas operações para fornecedores específicos na modalidade "risco sacado" diretamente com a Instituição Financeira. As faturas incluídas como "risco sacado" são pagas nas mesmas condições de preço e prazo negociadas com seus fornecedores, sem a incidência de qualquer encargo para a Companhia, de forma que não há alterações das condições comerciais após negociação e faturamento dos bens ou serviços. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de faturas incluídas na operação de "risco sacado" totalizava R\$ 6.709 (em 31 de dezembro de 2024, o montante era de R\$ 10.272).

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2025	2024
Salários a pagar	13.138	10.651
Provisão e encargos de férias	21.470	18.659
Provisão participação nos resultados (PLR)	2.705	6.172
Encargos sociais	5.248	4.244
	42.561	39.726

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos anuais médios	Vencimento	Moeda	2025	2024
Capital de Giro	1,70% a 2,85% a.a. + CDI 10,60% a.a.	2028	R\$	145.296	168.282
		2026	R\$	5.835	10.551
Linhas de crédito de exportação CRA-Certificado de Recebíveis do Agronegócio	5,90% a 7,51% a.a. + variação cambial	2028	US\$	70.204	54.229
Investimentos	4,10% a.a. + CDI	2029	R\$	47.300	59.025
BNDES/BRDE/BADESC	2,33% a 2,96% a.a. + CDI 6,33% a.a. + IPCA	2040	R\$	71.474	77.276
		2030	R\$	4.499	5.562
FINEP	3,00% a 5,00% a.a. + TJLP 5,50% a.a. + TR	2027	R\$	1.868	3.383
		2040	R\$	28.369	-
				374.845	378.308
Total circulante				145.572	149.563
Total não circulante				229.273	228.745

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2027	90.781
2028	54.636
2029	23.369
2030	9.297
2031	8.705
2032 - 2040	42.485
	229.273



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	378.308	402.132
Captações	137.124	147.205
Juros provisionados	44.911	64.099
(-) Amortizações	(135.510)	(181.886)
(-) Juros pagos	(49.988)	(53.242)
Em 31 de dezembro	374.845	378.308

Os empréstimos e financiamentos têm como garantia: aval dos acionistas, imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis. A Companhia possui Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com saldo devedor de R\$47.300, os quais contêm cláusulas restritivas (debt covenants) que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros, apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2025, todos os covenants contratuais foram integralmente atendidos. O índice de alavancagem financeira pactuado é de 2,60, tendo sido apurado índice de 2,00, considerando EBITDA de R\$164.726, dívida líquida de R\$329.693 e risco sacado de R\$6.709. Adicionalmente, o índice de liquidez corrente mínimo contratado é de 1,20, tendo sido apurado índice de 1,75 na data-base das demonstrações financeiras.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**(a) Composição do saldo:**

Ativo	2025	2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	326	294
Provisão para contingências	14.531	15.123
Provisão para comissões	1.228	1.030
Variação cambial passiva	-	1.341
Participação do resultado	920	1.342
Prejuízos fiscais - IRPJ	129.825	129.825
Base negativa - CSLL	46.734	46.734
Provisão para acordos comerciais	1.568	1.567
Outras diferenças temporárias (Ativo)	7.194	7.167
	202.326	204.423
Passivo		
Custo atribuído sobre Ativo Imobilizado	(31.383)	(32.255)
Valor justo de ativos biológicos	(369)	(429)
Valor justo de investimentos	(211)	(2.404)
Reavaliação de ativos	(6.618)	(6.758)
Depreciação fiscal e societária	(11.831)	(10.768)
Juros sobre financiamento de imobilizado	(2.989)	(3.310)
Variação cambial ativa	(1.143)	-
Outras diferenças temporárias (Passivo)	(701)	(452)
	(55.245)	(56.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	147.081	148.047

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre adições temporárias, serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem, combinadas com as projeções de lucros tributáveis futuros. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2025 são:

2026	14.341
2027	11.045
2028	15.027
2029	13.522
2030	22.615
2031	24.560
2032	26.273
2033	27.942
2034	30.022
2035	16.979
	202.326



**PAMPLONA ALIMENTOS S.A.**

CNPJ: 85.782.878/0001-89

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Reconciliação da alíquota de imposto de renda e da contribuição social:

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	57.301	84.492
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(19.482)	(28.727)
(Adições) exclusões permanentes		
Despesas não dedutíveis	(536)	(1.081)
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(5.383)	-
Exclusões de incentivos fiscais	20.293	24.902
Receitas não tributáveis	62	147
Juros sobre o capital próprio	4.080	6.154
Imposto de renda e contribuição social	(966)	1.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(966)	2.612
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(1.217)
	(966)	1.395
Alíquota efetiva	2%	-2%

Anualmente, a Administração reavalia o resultado efetivo dos planos de negócios da Companhia e sua capacidade de geração de lucros tributáveis futuros e, conseqüentemente, revisa a capacidade de realização e registro contábil desses créditos tributáveis.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos tributários, cíveis e trabalhistas foram avaliados pela Administração da Companhia, baseados na opinião dos consultores jurídicos. Nos casos em que há expectativas prováveis de perdas, foram constituídas as correspondentes provisões para contingências. As movimentações das provisões em 2025 estão apresentadas a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	410	398	31.584	29.903
Trabalhistas	1.487	910	10.173	13.612
Cíveis	885	885	980	965
Total	2.782	2.193	42.737	44.480

As movimentações da provisão para contingências nos exercícios de 2024 e de 2025 estão demonstradas a seguir:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	29.132	14.108	953	44.193
Adições	1.034	4.388	12	5.434
Baixas	(263)	(4.884)	-	(5.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	29.903	13.612	965	44.480
Adições	1.681	4.572	15	6.268
Baixas	-	(8.011)	-	(8.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	31.584	10.173	980	42.737

(a) Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante total estimado de R\$ 214.088 (R\$ 192.546 em 2024), sendo R\$ 201.152 (R\$ 177.155 em 2024) para contingências tributárias, R\$ 11.329 (R\$ 7.862 em 2024) para contingências trabalhistas e R\$ 1.607 (R\$ 7.529 em 2024) para contingências cíveis.



**PAMPLONA ALIMENTOS S.A.**

CNPJ: 85.782.878/0001-89

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$236.761, representado por 387.100 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído (deemed cost) dos principais bens do ativo imobilizado, reconhecido em 1º de janeiro de 2009, por ocasião da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, líquido dos efeitos tributários. No exercício de 2025, foi realizada parcela desse ajuste no montante de R\$2.562, com o correspondente reconhecimento de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$871, resultando em realização líquida de R\$1.691 no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente do ajuste de avaliação patrimonial totaliza R\$60.921. **(c) Reservas de lucros: i. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até que atinja o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído, em conformidade com a legislação aplicável, o montante de R\$2.817, perfazendo um saldo total de R\$25.746 nessa data. **ii. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e o reconhecimento de juros sobre o capital próprio (JCP), com a finalidade de financiamento de investimentos, expansão das atividades e reforço do capital de giro. O Conselho de Administração deliberou e aprovou, em 16 de setembro de 2024, o crédito de juros sobre o capital próprio, com base em lucros acumulados, no montante de R\$12.000. O saldo remanescente, no valor de R\$96.729, foi destinado ao reforço do capital de giro da Companhia. **iii. Reserva de incentivos fiscais:** A reserva de incentivos fiscais refere-se aos créditos presumidos de ICMS excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, nos termos da legislação vigente, resultando na constituição de reserva no valor de R\$55.209 no exercício. Em decorrência disso, o saldo total da reserva em 31 de dezembro de 2025 perfaz R\$310.842. Encontra-se em curso ação judicial que pleiteia a reclassificação dos valores registrados como "Reserva de Subvenção Governamental" para "Reserva de Retenção de Lucros", sob o argumento de que os incentivos fiscais obtidos não se enquadrariam como subvenção governamental. Caso a decisão seja favorável à reclassificação, os valores permanecerão no patrimônio líquido, porém sob diferente classificação contábil, observadas as disposições legais e societárias aplicáveis. A Administração, com base em avaliação jurídica, entende que a classificação atual está adequada e mantém sua posição na ação. **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária aplicável. No exercício de 2025, em razão da obrigatoriedade de constituição da reserva de incentivos fiscais, não houve distribuição de dividendos aos acionistas. O Conselho de Administração, em reunião realizada em 16 de setembro de 2025 (Ata nº 372), deliberou e aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio (JCP). Em conformidade com a Lei nº 9.249/1995, a Companhia calculou e creditou JCP com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante bruto de R\$12.000, sujeito à retenção de imposto de renda na fonte, resultando em valor líquido de R\$10.200. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados, não sendo imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Para fins fiscais, os valores correspondentes foram considerados como despesa dedutível na apuração do IRPJ e da CSLL, conforme permitido pela legislação vigente.

19. RECEITA LÍQUIDA

A conciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Venda mercado interno	1.273.149	1.237.362
Venda mercado externo	1.260.296	1.174.183
	2.533.445	2.411.545
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(217.501)	(212.802)
Devoluções e abatimentos	(76.900)	(75.624)
Ajuste a valor presente	(15.086)	(12.333)
	(309.487)	(300.759)
	2.223.958	2.110.786



**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

Classificação por natureza	2025	2024
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	1.412.386	1.333.530
Pessoal	190.681	173.396
Logística	187.906	187.441
Serviços de terceiros	69.864	73.339
Marketing e propaganda	6.975	7.436
Depreciações e amortizações	42.868	40.397
Encargos trabalhistas	44.086	32.845
Energia	24.431	22.986
Manutenção	33.744	26.292
Comissões	21.813	19.511
Benefícios a colaboradores	16.318	14.040
Seguros	7.564	8.163
Outras despesas	32.835	30.536
	2.091.471	1.969.912
Classificação por função		
Custos dos produtos vendidos	1.824.382	1.711.983
Vendas	228.888	224.785
Administrativas e gerais	38.201	33.144
	2.091.471	1.969.912

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Receitas	2025	2024
Créditos extemporâneos de tributos	378	16.934
Créditos não reclamados	819	450
Venda de sucatas	1.177	791
Indenizações de seguros	486	1.265
Venda de investimentos	8.000	–
Outras receitas	748	818
	11.608	20.258
Despesas		
Despesas tributárias	(3.960)	(3.312)
Indenizações	(8.437)	(3.564)
Provisão para participação nos resultados	(2.806)	(6.172)
Provisões contingências	–	(1.864)
Realização valor justo de investimento	(6.450)	–
Custo da venda do investimento	(584)	–
	(22.237)	(14.912)
	(10.629)	5.346

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Receitas financeiras	2025	2024
Juros ativos	3.807	2.972
Ajuste a valor presente ativo	14.909	12.299
Variações cambiais ativas	12.363	20.507
Outros	120	430
	31.199	36.208
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(44.911)	(64.099)
Ajuste a valor presente passivo	(33.991)	(25.796)
Variações cambiais passivas	(13.478)	(5.360)
Juros passivos sobre arrendamento	(1.573)	(1.368)
Outros	(1.803)	(1.313)
	(95.756)	(97.936)
	(64.557)	(61.728)





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições consideradas de primeira linha. A Administração avaliou em 31 de dezembro de 2025 as duplicatas vencidas, perdas históricas e análise individual da situação financeira do devedor e considerou necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber no montante de R\$959 (vide nota explicativa 7). Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	45.858	40.686
Contas a receber	338.065	307.058
	383.923	347.744

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, são mantidos saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. **Risco de preços de insumos e matérias-primas:** Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente de preços de grãos. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Administração gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores e está atenta aos movimentos de mercado para efetuar compras nas melhores condições. **Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Administração busca diversificar a captação de recursos. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de taxa de juros estão assim representados:

Instrumentos de taxa variável	2025	2024
Aplicações financeiras	19.369	17.717
Empréstimos e financiamentos	374.845	378.308

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, segundo a avaliação de consultores de seguros da Companhia.

Ramo de Seguro	Importâncias Seguradas
Patrimonial	618.216
Veículos	120.082
Responsabilidade Civil	75.000
Garantias	1.517
	814.815

25. EVENTO SUBSEQUENTE - AQUISIÇÃO DE TERRENO

Após a data-base das demonstrações financeiras, foi formalizada a continuidade do processo de aquisição de um terreno destinado à expansão das operações industriais. Em 31 de dezembro de 2025, encontrava-se registrado no ativo não circulante o montante de R\$9.000, sendo R\$1.000 classificado como adiantamento para aquisição de terreno e R\$8.000 correspondente à baixa de um apartamento anteriormente registrado em propriedades para investimento, utilizado como parte do pagamento na negociação. O valor total da aquisição do referido terreno é de R\$46.890, permanecendo o saldo de R\$37.890 a ser reconhecido contabilmente após a formalização final da transação, ocorrida em março de 2026. A Administração entende que esse evento não requer ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, sendo, portanto, divulgado como evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24.

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona
Presidente
Elvio de Oliveira Flores
Vice-Presidente
Edina Pamplona
Conselheira

Osmar Peters
Conselheiro
Guilherme de Borba Pamplona
Conselheiro

Marcelo Lima Tonini
Conselheiro
Wagner Augusto Illitch Bauer
Conselheiro

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters
Diretora Presidente
Ronaldo Kobarg Müller
Diretor Vice-Presidente
Daniel Scarmeloti da Fonseca
Diretor Administrativo Financeiro

Adilor Ascari Bussolo
Diretor Industrial
Cleiton Pamplona Peters
Diretor Comercial Mercado Interno
Edival Justen
Diretor de Suprimentos e Fomento

Maria Daurete Pamplona Rizzi
Diretora de Logística
Valdecir Pamplona Junior
Diretor de Expansão e Novos Negócios

Contador

Élvis Justen - CRC - SC-028194/O-3





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

Pamplona Alimentos S.A.

Rio do Sul - SC.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Pamplona Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

Reconhecimento de receita de vendas

Conforme descrito na Nota 19, a Companhia reconheceu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, receitas de contrato com cliente no montante de R\$2.223.958 mil, o processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve um número elevado de controles que têm o objetivo de assegurar de que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos clientes dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas de mercadorias sejam reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes ao controle dos bens foram transferidos para o comprador. As receitas auferidas pela Companhia e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados nas notas explicativas 3.16. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista o grande volume e a pulverização de transações diárias ocorridas. Eventuais falhas que envolvem o reconhecimento de receita pela Companhia, poderiam provocar distorções significativas nas demonstrações financeiras. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos da Companhia, (ii) testes substantivos em bases amostrais sobre o processo de reconhecimento de receita, como por exemplo procedimentos para corroborar do lançamento do reconhecimento de receita, (iii) testes específicos de correlação entre os saldos de caixa, contas a receber e reconhecimento das receitas, incluindo a revisão das premissas, e (iv) testes específicos com foco adicional sobre a avaliação da autenticidade e adequada valorização destas receitas e o registro no correto período de competência. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria para estorno de receita, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas de contrato com cliente, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 17 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SC-000048/F
Cleverson Luis Lescowicz
Contador CRC SC-027535/O





PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 85.782.878/0001-89



Unidades

Unidades Industriais

Matriz

Rod. BR-470, nº 13891, KM 150 - Bairro Pamplona - CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
Telefone: (47) 3531-3131
CNPJ Nº 85.782.878/0001-89 - CCICMS-SC. Nº 250.274.590
www.pamplona.com.br

Filiais

Presidente Getúlio - SC

Rua Curt Hering, nº 1796 - Bairro Centro
CEP 89150-000 - Presidente Getúlio - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0024-75 - CCICMS-SC. Nº 251.794.350

Chapecó - SC

Rod. SC 283, KM 8, Sala 302, 3º pavimento Bairro Interior
CEP 89.801-300 - Chapecó - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0038-70 - CCICMS-SC. Nº 260.352.993

Laurentino - SC

Rod. SC-350, nº 4370 - Prédio 02 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0021-22 - CCICMS-SC. Nº 251.144.119

Casas de Carne

Rio do Sul - SC

Rod. BR-470, nº 13891, KM 150, Sala 01 - Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0013-12 - CCICMS-SC. Nº 250.810.760

Itajaí - SC

Rua Blumenau, nº 895 - Bairro São João
CEP 88305-101 - Itajaí - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0033-66 - CCICMS-SC. Nº 252.454.693

Filiais de Distribuição

Camboriú - SC

Rod. BR 101, KM 131, Galpão C4 C5 e C6 - Bairro Varzea do Ranchinho
CEP 88349-175 - Camboriú - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0039-51 - CCICMS-SC. Nº 260.468.614

São José dos Pinhais - PR

Rod. BR-277, KM 66, nº 11696 - Sala 04 - Bairro Borda do Campo
CEP 83075-000 - São José dos Pinhais - PR
CNPJ Nº 85.782.878/0005-02 - CCICMS-PR. Nº 90515319-62

Apucarana - PR

Rod. BR-376, S/N, KM 252 Bloco A Sala 04 - Bairro Parque Industrial Zona Oeste II
CEP 86800-762 - Apucarana - PR
CNPJ Nº 85.782.878/0041-76 - CCICMS-PR. Nº 90891260-85

Jandira - SP

Rua Arthemio Dionizio da Costa, nº 220 - Condomínio Polo Industrial Jandira II - Bairro Jardim Alvorada
CEP 06612-280 - Jandira - SP
CNPJ Nº 85.782.878/0045-08 - CCICMS-SP. Nº 398.217.247.115

Portão - RS

Rua Julio de Castilho, nº 1777 - Bairro Portão Velho
CEP 93180-000 - Portão - RS
CNPJ Nº 85.782.878/0036-09 - CCICMS-RS. Nº 213/0045507

Pouso Alegre - MG

Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, nº 4160 - Sala 101 - Bairro Paraíso
CEP 37560-060 - Pouso Alegre - MG
CNPJ Nº 85.782.878/0009-36 - CCICMS-MG. Nº 002160504.00-53

Simões Filho - BA

Via Urbana, s/nº - Sala 06 Quadra 01 - Lote 16 a 46 - KM 3,5
Centro Industrial de Aracatu - Bairro Cia Sul
CEP 43700-000 - Simões Filho - BA
CNPJ Nº 85.782.878/0023-94 - CCICMS-BA. Nº 127.620.480

Fortaleza - CE

Rua Marlene Farias Filgueiras, nº 2200, Sala M - Bairro Pedras
CEP 60874-430 - Fortaleza - CE
CNPJ Nº 85.782.878/0044-19 - CCICMS-CE. Nº 07.040965-0

Filiais de Agropecuária

Rio do Sul - SC

Granja Santana

Estrada Cab. Rib. Itoupava, nº 915 - Bairro Valada CEP 89169-899 - Rio do Sul - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0025-56 - CCICMS-SC. Nº 251.280.799

Laurentino - SC

Granja Amoadó

Comunidade Baixo Amoadó, nº 524
Baixo Amoadó, CEP 89170-000 - Laurentino - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0034-47 - CCICMS-SC. Nº 253.027.675

Laurentino - SC

Fomento

Rod. SC 350, nº 4370 - Prédio 01 - Bairro Rodovia das Primaveras
CEP 89170-000 - Laurentino - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0002-60 - CCICMS-SC. Nº 255.200.463

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa

Estrada Geral, s/nº - Bairro Pouso da Caixa
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0026-37 - CCICMS-SC. Nº 251.280.780

Trombudo Central - SC

Granja Pouso da Caixa Creche

Localidade de Pouso da Caixa, S/Nº - Unidade II
CEP 89176-000 - Trombudo Central - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0032-85 - CCICMS-SC. Nº 252.003.691

Rio do Oeste - SC

Granja Dois Irmãos

Estrada Toca Grande, s/nº - Bairro Dois Irmãos
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0027-18 - CCICMS-SC. Nº 251.280.772

Rio do Oeste - SC

Granja Águas Verdes

Estrada Geral, s/nº - Bairro Águas Verdes
CEP 89180-000 - Rio do Oeste - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0028-07 - CCICMS-SC. Nº 251.321.614

Ituporanga - SC

Granja Rio Novo

Estrada Alto Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo
CEP 88400-000 - Ituporanga - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0030-13 - CCICMS-SC. Nº 252.003.870

Pouso Redondo - SC

Granja Ribeirão Vassouras

Estrada Geral, s/nº - Bairro Ribeirão Vassouras
CEP 89172-000 - Pouso Redondo - SC
CNPJ Nº 85.782.878/0042-57 - CCICMS-SC. Nº 261.164.007





*No seu cardápio
todos os dias!*

PAMPLONA ALIMENTOS S.A.

Rod. BR 470, Km 150, nº 13.891, Bairro Pamplona
CEP 89164-900 - Rio do Sul - Santa Catarina
Telefone: (47) 3531-3131

PAMPLONA.COM.BR